[Recensão a] MARTINS, Miguel Gomes, 1147, a conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada

Autor(es): Nisa, João

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/43837>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_36_16

Accessed : 26-Apr-2023 12:45:15

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS

RELIGIÕES E CULTURAS

VOLUME 36. 2.^a SÉRIE - 2018

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Havendo vários desafios do fenómeno religioso ao mundo contemporâneo, os quais Carlos Quevedo aponta na sua conclusão, a violação da liberdade religiosa é um deles, quer esta passe pela discriminação, quer pela perseguição. Embora se refira ao terrorismo, também ele contra minorias religiosas, podemos conhecer amplamente as várias formas de violação através da Fundação AIS, com a publicação bianual de um *Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo*. A obra remata com uma frase tão simples quanto inquietante: «O ganho é ficarmos a conhecer a humanidade» (id.: 201). Um meio para o conseguir, apontado pelo autor, é a promoção do diálogo inter-religioso.

Olhar para uma ou para outra religião, atualmente, ou incentivar o diálogo é limitativo para o ganho referido: consegue-se observando a construção de uma religião na *longue durée* e, mais relevante ainda, adotando uma perspetiva comparativa. Esta fornece-nos o autor, o que é, por si só, um aspeto positivo a colher nesta sua obra. Assim, e como dizia a historiadora Linda Colley para a história imperial britânica, os historiadores devem ser sensíveis às múltiplas conexões. É imperativo que o diálogo deixe de ser um mero princípio que lembra um dos direitos fundamentais, o da igualdade, teoricamente definido mas impraticável. Para além da promoção do conhecimento científico no campo dos estudos da religião, as interações entre a dinâmica social e a dinâmica religiosa apresentadas são deveras úteis à sociedade secularizada. Parece-nos que o trabalho de Carlos Quevedo, *E Deus Criou o Mundo*, amplia este rumo.

SOFIA CARDETS BEATO

scbeato@hotmail.com

Licenciada em História, FLUC

Mestranda em História e Cultura das Religiões, FLUL

Orcid: 0000-0002-8502-919X

https://doi.org/10.14195/2183-8925_36_15

Miguel Gomes Martins, *1147, a conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017, 386 p. ISBN: 978-989-626-840-4.

Miguel Gomes Martins tem orientado a sua linha de investigação para duas vertentes: a História Militar Medieval e os Estudos Olisiponenses,

conjugando-os sempre que possível. A sua profícua produção literária reflete isso mesmo, com a publicação de inúmeros artigos e monografias sobre estas temáticas. Podemos então destacar as obras *A arte da guerra em Portugal (1245 a 1367)*, publicada em 2014, e *Guerreiros de Pedra*, publicada em 2016, de entre um conjunto de títulos que poderíamos considerar.

As fontes constituem a ferramenta mais importante que o historiador tem à sua disposição, podendo ser interpretadas e revisitadas em diferentes épocas e analisadas sob diversos prismas. Logo na introdução (p. 18), refere-se que, embora se conheça um grande número de fontes (portuguesas e estrangeiras) onde se menciona a conquista de Lisboa, torna-se necessário abordá-las com um novo questionário e, com o auxílio de novos dados historiográficos, procurar enquadrar esta ação militar num contexto mais global. De entre as fontes mais importantes aqui mencionadas, destacam-se o *De Expugnatione Lyxbonensi*, uma carta enviada ao clérigo inglês Osberto de Bawdsey por um autor (possivelmente um religioso da mesma nacionalidade) que assina com a inicial «R.»; a denominada «Carta de Lisboa», um documento do qual se conhecem três versões, enviadas pelos cruzados germânicos Winaudo, Arnulfo e Duodequino aos respetivos prelados; e, por último, a «Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa», redigida em época posterior aos acontecimentos, mas que conta com os depoimentos de um clérigo (Otão?) e de Fernão Peres *Cativo*, personagens que testemunharam os acontecimentos.

A obra organiza-se em catorze capítulos, parecendo-nos correta a decisão do autor de aproximar o seu ângulo de observação à medida que os acontecimentos se vão desenrolando, uma vez que os quatro primeiros capítulos fazem o enquadramento geográfico e político da época, ultrapassando o isolamento a que o cerco de Lisboa foi votado por alguns estudos mais ou menos recentes. Nesse sentido, no primeiro capítulo, deambulamos pela história dos reinos de Inglaterra e de França, assistindo aos eventos que tiveram lugar após a Batalha de Hastings (1066) e às tensões criadas pela posse, por parte dos monarcas ingleses, da província da Normandia (p. 24-29); em seguida, passamos rapidamente pelo Sacro Império Romano-Germânico, fértil em atritos jurisdicionais com a Santa Sé (p. 29-32 e 36-38). Também o reino normando da Sicília merece atenção (p. 32-35), um importante pólo multicultural no centro do Mediterrâneo, bem como as tentativas de um dos seus monarcas, Robert Guiscard, para conquistar territórios para oriente, onde o Império Bizantino continuava a constituir uma referência política e militar (p. 38-42). Por fim, somos convidados a lançar um olhar sobre o

mundo muçulmano, mais concretamente sobre o Médio Oriente e o Norte de África (p. 42-49).

Os dois capítulos seguintes abordam a evolução política da Península Ibérica, desde a conquista muçulmana até meados do século XII. A fragmentação dos reinos cristãos peninsulares após a morte de Afonso III, em 920, e a sua reunificação sob a égide de Fernando I, o Magno (1037-1065), é um assunto que merece particular atenção no capítulo 2, bem como as tentativas de D. Teresa, filha de Afonso VI, para conseguir alguma autonomia para o seu território, que se estendia, em traços gerais, desde o Sul da Galiza até ao Rio Mondego. Será o seu filho, D. Afonso Henriques, quem começará a traçar os destinos político-militares do condado a partir de 1128 (capítulo 3), sofrendo alguns reveses a Norte mas movimentando-se com elevada inteligência tática a Sul, onde consegue importantes ganhos territoriais junto ao Mondego. Importa realçar que estes três capítulos de contextualização estão escritos de forma clara e sintética, bem apoiados por referências bibliográficas sólidas e em cartografia de qualidade, que só enriquecem a experiência do leitor. Em nossa opinião, estes três capítulos – quase cem páginas – podiam ser um pouco menos desenvolvidos, dando-se maior relevância ao capítulo 3. Contudo, isto em nada belisca o trabalho aqui apresentado, até porque a sua redação terá certamente implicado uma aturada pesquisa bibliográfica.

Em finais de 1144, o governador de Mossul conquista a cidade de Edessa, após uma dominação cristã de quase cinquenta anos (capítulo 4). A notícia da perda desta importante praça não deve ter demorado a atingir o coração da Europa, vindo a suscitar uma reação firme do papa Eugénio III (se bem que um pouco tímida, no início). Como grande impulsor da Segunda Cruzada, surgem as figuras de Bernardo de Claraval (que viria a influenciar a participação de Luís VII de França), Conrado III Hohenstaufen e Amadeu III de Sabóia, cujos contingentes alcançaram a Terra Santa por via terrestre. Paralelamente, seguiu uma frota (composta por germânicos, flamengos e ingleses) que, tendo partido de Dartmouth com cerca de 10 000 homens (uma cifra proposta por Matthew Bennett e que vai de encontro às ideias do autor: p. 120), deveria atingir o Levante depois de aportar no Porto e em Lisboa.

A questão da intencionalidade do apoio cruzado é fulcral para o entendimento desta ação militar. Este ponto, abordado logo no início do capítulo 5 (p. 130), merece uma posição clara por parte de Miguel Gomes Martins, levando-o a afirmar que «tudo leva a crer que a colaboração entre portugueses e cruzados não foi, como defenderam, entre outros, Miguel de Oliveira e, mais recentemente, Alan J. Forey e Kelly DeVries, o resultado

de uma situação fortuita ou da capacidade de persuasão do bispo do Porto, mas sim um plano premeditado e traçado até com alguma antecedência».

O capítulo 6, que aborda a Lisboa muçulmana (p. 143-166), tem bastante interesse – até porque cruza os dados historiográficos com os dados arqueológicos –, mas a parte central da obra, integrada nos capítulos 7 a 11, diz respeito, como não podia deixar de ser, às particularidades do cerco. Primeiramente, aborda o itinerário da hoste portuguesa e avança uma proposta de trajeto (p. 167-168), notando-se aqui a falta de um mapa que o ilustre. Mais à frente, na página 206, trata de uma questão importante na historiografia militar contemporânea, relacionada com a logística e os abastecimentos, sendo referidos os contributos de Bernard Bachrach e Francisco García Fitz nesta matéria. Também se nos afigura como importante o modo como é analisado o episódio de Martim Moniz (p. 199) e a lenda da batalha campal nos arredores de Sacavém (p. 210), acontecimentos que, embora careçam de elementos que comprovem em absoluto a sua veracidade, não deixam de ser utilizados como realidades ilustrativas das várias fases do cerco, com algum fundo de verdade. O olhar do autor centra-se ainda na construção das máquinas de cerco (p. 216), particularmente na obtenção de madeira que, segundo Miguel Gomes Martins, terá sido trazida dos arredores de Santarém ou de Sintra, uma vez que a cobertura vegetal em redor da cidade era constituída por árvores de pequeno porte; mais problemática será a fundamentação da utilização de pontes sambuca (p. 219), não obstante seja conhecido o seu emprego durante a Segunda Guerra Púnica. Neste caso, talvez a proposta de Kelly DeVries – torres de assalto dotadas de pontes levadiças e instaladas nos navios – seja mais aliciante, até porque esse autor menciona a sua utilização no cerco de Acre, em 1189.

Sem nos determos na descrição da tomada da cidade, deixando esses pormenores (alguns deles muito vívidos) para o leitor, importa realçar não só a utilização crítica das fontes por parte do autor, mas também o levantar de hipóteses muito pertinentes e devidamente fundamentadas, atribuindo a queda da Lushbuna muçulmana à fome, à doença e à falta da chegada de um exército de socorro (p. 249). No capítulo 12, debatem-se os eventos que se seguiram à conquista da cidade, nomeadamente à sua reorganização por parte dos cristãos e ao efeito dominó provocado pelo acontecimento, junto do mundo muçulmano. Aproximando-nos do fim do livro, seguimos a frota cruzada até Tortosa (capítulo 13) e encerramos a Segunda Cruzada onde havia sido o seu fulcro, ou seja, na Terra Santa, com um desfecho distinto daquele que foi observado em território peninsular, uma vez que

a campanha redundou num enorme fracasso consumado junto às muralhas de Damasco (p. 308-310).

De um modo geral, podemos afirmar que a presente obra deverá constituir uma referência, não só para o estudo deste episódio em particular, mas também para a história militar medieval, devido à amplitude dos temas que trata (abastecimento, armamento, tática, efetivos, entre outros). Nota-se que existe a preocupação de escrever para um público mais vasto, o que explicará a concisão das notas apresentadas no final. Nada, porém, que afete o conteúdo do trabalho. As gravuras das páginas centrais são bem escolhidas, assim como a imagem da capa: uma reprodução da aquarela de Roque Gameiro onde se evoca a conquista (em versão algo fantasiada...) da cidade de Lisboa. Em suma, a integração deste momento decisivo num contexto mais abrangente valoriza o livro e, acima de tudo, permite que o leitor o associe à grande epopeia do seu tempo – as Cruzadas.

JOÃO NISA

Doutorando em História na FLUC, investigador do CHSC

joaonisa1984@gmail.com

ORCID: 0000-0001-7698-7567

https://doi.org/10.14195/2183-8925_36_16

María Tausiet, *Urban Magic in Early Modern Spain: Abracadabra Omnipotens*, Hampshire: Palgrave Macmillan 2014, 254 p. ISBN: 978-1403-99566-7 (Hardback).

Academic studies on Iberian magic and esotericism are rarely found in English, even though in recent years, quite a few have been produced in their original languages. The translation and publication of María Tausiet's 2007 book *Abracadabra Omnipotens: Magia urbana en Zaragoza en la Edad Moderna* by Palgrave Macmillan, now under the title *Urban Magic in Early Modern Spain*, is therefore a most welcome event, especially from an author with such a remarkable body of work.

Unfortunately, an initial criticism needs to be made regarding this book's title, even though it by no means detracts from its value. As implied in its original title, the book mostly focuses on the situation in the city of Saragossa, which Tausiet describes in terms of its historical, religious and